

O ANTIGO MERCADO DE ESCRAVOS DO VALONGO NO RIO DE JANEIRO COMO LUGAR DE MEMÓRIA, A CRUZ BACONGO E AS LEITURAS DA HISTÓRIA

Doutorando Rogério Pacheco Jordão¹ (PUC-RJ)

Resumo

No início de 2011, em um expressivo achado arqueológico na zona portuária do Rio de Janeiro, foram encontradas as pedras do cais por onde desembarcaram centenas de milhares de escravos africanos a serem vendidos no antigo mercado do Valongo, tido como o maior do gênero no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Este artigo discute como emerge — nas superfícies urbana e imaginária da cidade -- um lugar associado a um passado que, de diferentes formas, se quis esquecer. Testa, para tanto, a produtividade, no campo da cultura, da noção de “lugares de memória”, do historiador francês Pierre Nora, para ler a apropriação que o poder público e atores sociais fizeram deste espaço nos últimos dois anos.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; escravismo; diáspora africana; memória social; representações.

Introdução

Para dar vida à reflexão proposta neste artigo, será conveniente, como primeiro momento de aproximação, situar seu objeto no tempo e no espaço.

Da Rua Camerino, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, abre-se ao pedestre, como que do nada, uma escadaria íngreme. Um observador que se aventurasse, em uma tarde de março do ano de 2010, a subir seus degraus poderia deparar-se, num escape à esquerda, com um mendigo e logo adiante três ou quatro corpos estendidos em meio a restos de comida e garrafas PET. Estão deitados sobre o chão de terra numa clareira onde trilhas levam a outras escadarias que, por sua vez, dão em raízes de árvores ou interrompem-se em muretas, em uma espécie de labirinto. Não parece, mas trata-se de um parque, ou mais precisamente o “Jardim Suspenso do Valongo”, construído em 1906, informa a plaqueta. E embora não existam indicações, foi nesta encosta que funcionou, 200 anos atrás, o maior mercado de escravos do Brasil.

Em março de 2013, um observador que refizesse o mesmo trajeto acima, encontraria o cenário alterado. À entrada do Jardim, se depararia com uma placa indicando ser ali um ponto do “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana”, um desdobramento de um novo projeto de revitalização da área portuária, o Porto Maravilha¹. Trata-se de um roteiro criado, pelo decreto municipal 34.803², em novembro de 2011, poucos meses depois das descobertas arqueológicas do antigo cais do Valongo, que fica a uma dezena de metros dali em direção às águas da baía de Guanabara. Se o cais, por onde desembarcaram algumas centenas milhares de escravos nos séculos XVIII e XIX, está ligado “à chegada e ao comércio dos africanos”, diz a placa do Circuito Histórico, o Jardim “simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro”. Reformado, com pintura nova, nesta visita de 2013, o observador não veria mais gente dormindo no chão de terra ao lado de garrafas PET, mas passearia por entre estátuas do panteão greco-romano. As imagens foram reconduzidas a seus devidos pedestais pela Prefeitura, recompondo a disposição original do Jardim, de 1906, quando aquela encosta (que, afinal, abrigara os armazéns de venda de escravos) foi reformada dentro de um espírito de “embelezamento” da cidade, no esteio das reformas modernizantes do prefeito Pereira Passos (1902-1906).

Conjunto de armazéns e casas comerciais que faziam o comércio dos “pretos novos” (escravos recém-desembarcados da África), o chamado mercado do Valongo funcionou no vale entre os Morros da Conceição e do Livramento, na atual Zona Portuária do Rio de Janeiro, de meados do século XVIII até, ao menos, 1831, quando o tráfico transatlântico foi declarado ilegal. Para lá afluíram parte significativa dos mais de 700 mil africanos, provenientes principalmente dos territórios conhecidos hoje como Angola, Congo e Moçambique, que desembarcaram no Rio de Janeiro nos últimos quarenta anos do comércio escravista legal (PEREIRA, 2007: 112). Compunha também o Valongo, em suas

¹ Contando com investimentos iniciais públicos de R\$ 3,5 bilhões (*O Globo*, 14/6/2011, p12), o Projeto Porto Maravilha visa transformar a zona portuária carioca tendo em vista eventos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Entre outras ações, o Projeto prevê obras viárias e de infra-estrutura urbana. Trata-se de transformar os cinco milhões de metros quadrados da região do porto de “área degradada”, em um “novo e surpreendente pólo de turismo, negócios, moradia e lazer” (texto publicitário do Projeto Porto Maravilha, *O Globo*, 19/10/2012). Os restos do antigo cais do Valongo foram encontrados em escavações conduzidas por uma equipe de arqueólogos do Museu Nacional/UFRJ, durante obras de drenagem na Avenida Barão de Tefé, no bairro da Saúde, na fase inicial do Projeto Porto Maravilha, em janeiro de 2011.

² Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2011/12/decreto-34-8032011-cria-o-circuito-historico-da-memoria-africana-na-zona-portuaria-do-rj/>

adjacências, o Cemitério dos Pretos Novos, aonde foram enterrados mais de 6 mil africanos chegados mortos à baía de Guanabara ou que morreram antes de sua venda. Do tamanho de um campo de futebol, o local, soterrado na superfície da cidade e esquecido de seus mapas, foi “redescoberto” em um achado arqueológico acidental no ano de 1996.

Os parágrafos iniciais e descritivos esboçam o objeto deste artigo. O texto busca pistas iniciais de como um local de evidentes significações históricas “esquecido”, como se viu, na superfície urbana da cidade do Rio de Janeiro pode ser “relembrado”, no contexto de amplas reformas na zona portuária carioca, pelo poder público e atores sociais. Testa, para tanto, dentro de uma abordagem cultural, a produtividade da noção de “lugares de memória”.

Lugares de memória: a cruz bacongo

Para o historiador Pierre Nora, formulador desta noção, lugares de memória o são, com efeito, nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional (simultaneamente).

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividas por um pequeno número uma maioria que dele não participou (...) O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória (...) Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória são lugares de história (história aqui entendida como reconstrução “do que não existe mais”). (NORA,1993,22).

Segundo Nora, monumentos, museus, arquivos, livros pedagógicos de história, assim como noções abstratas como as de ‘gerações’ e ‘linhagens’ compõem os “lugares de memória”. Para Paul Ricoeur, a noção surge de uma “nova situação”, advinda de rupturas anteriores (e que em Nora remonta ao fim das sociedades tradicionais, particularmente no caso de França ao “desabamento do mundo rural” no século XIX), da qual emerge a “memória apreendida pela história”. A memória não é mais “tradicional” ou “espontânea”

– ela é fonte agora de múltiplas identidades, em um deslocamento do social para o individual, da repetição (ritos) para a rememoração. “Entende-se que não se trata aqui, unicamente, nem mesmo principalmente, de lugares topográficos, mas de marcas exteriores (...) nas quais as condutas sociais podem buscar apoio para suas transações cotidianas” (RICOEUR, 2007: 415).

É neste sentido de “descontinuidade” (passamos de “um passado de fácil acesso a um passado vivenciado como uma fratura”), pois, que Nora afirma que há locais de memória porque não há mais “meios de memória”. Trata-se de uma memória construída sobre fragmentos (não de modo holístico): sobre rastros, resíduos, registros, versões, representações, uma “configuração cultural” (RICOEUR, op.cit. 413). E conforme colocado pela historiadora Margarida de Souza Neves, comentando sobre Nora:

uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre memória e a identidade. (NEVES, 2004:1)

As ruínas do antigo cais de escravos do Valongo, na sua dimensão de monumento, é um lugar de memória no sentido material (topográfico), simbólico e funcional (objeto de ritos), ao mesmo tempo em que há uma vontade de memória. Em sua redescoberta arqueológica, o Valongo se tornou referência para indivíduos e organizações da sociedade civil. A Fundação Cultural Palmares requisitou à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que o cais fosse declarado “patrimônio histórico da humanidade” (Agência Brasil, 22/8/2012). Grupos de capoeira passaram a organizar rodas no Valongo (um “espaço simbólico”), anunciadas em sites com textos em português e em inglês: “As rodas do cais do Valongo têm um caráter temático, tendo sido a primeira dedicada a Prata Preta, líder negro contra a revolta da vacina (...) a ideia da roda é ocupar os espaços públicos e históricos para fincar o pé nos locais que estão cada vez mais controlados” (por “gestores municipais” que limitam a ação de “agentes da cultura popular”), escreveu o site ‘portal capoeira’³. Em junho de 2011 foi realizada no Valongo uma cerimônia (registrada em vídeo na *internet*) pelos sete dias da morte do intelectual e

³ Disponível em: <http://portalcapoeira.com/Noticias-Atualidades/rio-de-janeiro-a-roda-do-cais-de-valongo> (texto retirado da Internet em maio de 2013).

ativista negro Abdias Nascimento; um ano depois, em março de 2012, aconteceria uma segunda cerimônia chamada de “1 ano no Orum de Abdias Nascimento”, também registrada em vídeos⁴, fotografias e textos na *internet*. Em novembro de 2011 foi lançado o documentário *Cais do Valongo, Sangra da Terra*, do diretor Wavá Carvalho, com diversos depoimentos, sendo o antigo cais lugar para uma lavagem em julho de 2012⁵.

Durante a fase de escavações do antigo cais do Valongo em 2011, foram convidadas mães de santo do Candomblé para realizar a leitura de objetos encontrados. Celina Rodrigues, ou Mãe Celina de Xangô (Ialorixá mamete, do “candomblé banto”), foi uma das mães de santo que, voluntariamente e a convite dos responsáveis pelas obras, participou dos trabalhos. Durante pouco mais de um ano, oito contêineres de materiais foram retirados de debaixo da terra (acervo, até julho de 2013, não acessível ao público). Em entrevista gravada ao autor deste artigo, em agosto de 2012, Celina descreveu algumas das peças descobertas:

Recebi o convite para que fosse até o cais do Valongo, porque estavam muito incomodados com os objetos que estavam sendo encontrados e com a formação dela (refere-se à responsável pelo sítio arqueológico), totalmente católica, ela não tinha conhecimento do que eram aqueles objetos. Fiquei arrepiada, é emocionante. São objetos de usos de matriz africana, barros, seguis, monjolos, búzios, louças quebradas, muito ocutá, muita pedra, pedra essa que não era do mar, mas de cachoeira, de água doce, em muita quantidade, muito cachimbo de barro, bronze e ferro.

Também saíram das escavações, segundo Celina, anéis de piaçava (“anel e pulseira feitos de piaçava, que duram eternamente, não se desfazem, e o navio, o porão era forrado com piaçava para poder aquecer a friagem durante o trajeto”) e um objeto novo para ela: a cruz da cosmogonia bacongo (forma aportuguesada do termo quicongo ‘ba-kóngo’— LOPES:2012,40). A cruz se intersecta no meio (e não na parte superior, como o crucifixo católico) e é, segundo Celina, “a simbologia do povo de angola, simboliza a vida e a

⁴ Disponível no site do Ipeafro em: http://www.ipeafro.org.br/home/br/acervo-digital/43/64/853/brnagem_abdiasnascimento_iphan (vídeo acessado na Internet em maio de 2013)

⁵ Textos e álbum de fotografias disponíveis em blog da Ação da Cidadania: <http://blogemacao.com/2012/07/lavagem-do-cais-do-valongo.html> (retirado da Internet em maio de 2013).

morte”. A descoberta da cruz bacongo parece realmente significativa, pois Mãe Celina decidiu tatuá-la no braço direito.

Citando o “pensador Bacongo contemporâneo” Fu Kiau Benseki, o músico e arte-educador Antônio José do Espírito Santo (ou Spírito Santo), coordenador de projetos de extensão na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), detalha os significados da cruz bacongo, símbolo, segundo ele, a ser lido na chave da “filosofia”. Remontando ao século XII, foi encontrado posteriormente pelos colonizadores portugueses na chamada África Central Atlântica (atuais Angola, Congo e Moçambique):

(...)desde os primeiros contatos com os portugueses no final do século XV até os dias de hoje, é básica para os Bacongo a divisão entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, os primeiros vivendo acima da linha do horizonte, os últimos existindo abaixo da linha do horizonte, mundos estes separados pela água, conforme as imagens mais recorrentes (...) Essa organização está expressa no signo da cruz (grifo no original): o eixo horizontal da cruz liga o nascer ao por do sol, assim como o nascimento à morte dos homens, e o seu eixo vertical liga o ponto culminante do sol no mundo dos vivos e no mundo dos mortos (...), permitindo a conexão entre os dois níveis de existência (...) A cruz, no pensamento Bacongo, remete à idéia da vida como um ciclo contínuo, semelhante ao movimento de rotação efetuado pelo sol, assim como à possibilidade de conexão entre os dois mundos. (ESPÍRITO SANTO,2011,p.2)

Para Robert Slanes, essa linha divisória é também a Kalunga: “(...) atravessar a Kalunga (simbolicamente representada pelas águas do rio ou do mar, ou mais genericamente por qualquer tipo de água ou por uma superfície refletiva como a de um espelho) significava ‘morrer’ se a pessoa vinha da vida, ou ‘renascer’, se o movimento fosse no outro sentido”. (APUD:RODRIGUES,2005,p.36).

O achado da cruz bacongo talvez lembre que lugares de memória são, de certa forma, lugares mágicos, propulsores de possibilidades múltiplas de (re) significações dos objetos

que os constituem. Mesmo um depósito de arquivos, escreve o historiador Pierre Nora, só é um lugar de memória se a “imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA,1993,p. 21). O mesmo tipo de cruz é encontrada também em cemitérios da cidade americana de Nova Orleans, porto de entrada de africanos escravizados vindos da região da África Central Atlântica (do Congo, principalmente) no século XVIII. Conforme nota o autor Ned Sublette, as cruzes produzidas por artesãos negros – e visíveis nos cemitérios daquela cidade até os tempos atuais -- intersectam-se no meio e não na parte superior: “*The Kongo cross (...) disguised itself as the Christian crucifix*” (“A cruz do Congo...disfarçava-se como crucifixo cristão”) (SUBLETTE,2008,p.109).

Uma cruz intersectada ao meio (que não a bacongo, evidentemente) também compôs diferentes bandeiras portuguesas e brasileiras através dos séculos: a Cruz da Ordem de Cristo. Foi a “primeira bandeira fincada em solo brasileiro, quando da chegada de Cabral e sua frota”, dizia, em 2012, o texto de uma exposição permanente de bandeiras do Museu Histórico Nacional (RJ) visitada pelo autor deste artigo⁶. A Cruz da Ordem de Cristo, que remete ao século XIV, “representava para os portugueses um verdadeiro símbolo, pois estava associada à ideia missionária de salvação das culturas isoladas pela doutrina católica” (MHN, Exposição permanente,2012).

Tal insígnia adornou a primeira bandeira do Brasil Império (1822-1889), e, de certa forma, faz parte do “lugar de memória” do Valongo (em sua dimensão de monumento). Um exemplar de ferro do antigo brasão imperial brasileiro (que tem ao centro a Cruz da Ordem de Cristo) repousa sobre os restos de um chafariz dos anos 1840/50, localizado a apenas alguns metros de onde foram feitas as escavações do cais dos escravos. Este monumento é significativo: compôs um marco comemorativo da chegada da futura imperatriz do Brasil, Teresa Cristina Maria de Bourbon, em 1843, que casar-se-ia com D. Pedro II. A princesa desembarcou no antigo cais dos escravos do Valongo, que naquela ocasião foi reformado e mudou de nome para “da Imperatriz”⁷. Quase dois séculos depois,

⁶ Aqui utilizo a informação do Museu como o fragmento de um arquivo exposto ao público.

⁷ Até 2011, a única referência textual (escrita) à memória instituída naquele local fazia referência ao desembarque da Imperatriz, por meio de uma placa colocada nos restos do antigo chafariz comemorativo, pela Prefeitura da cidade nos anos 1990. O texto da placa dizia: “Neste local existiu o Cais da Imperatriz. Em 1843 o antigo cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina”. Não trazia nenhuma referência à escravidão, ao tráfico, aos escravos ou ao mercado que funcionou a poucos metros dali. Este “lapso” é um indício do esquecimento do Valongo na superfície urbana da cidade, referido no início deste artigo, até sua “redescoberta” em 2011.

os arqueólogos encontrariam as pedras sobrepostas de ambos os cais.

Em uma crônica de 1904 (no Brasil República) intitulada *Os tatuadores*, o escritor João do Rio descreve as tatuagens que encontrara andando pela cidade, em especial aquelas utilizadas por negros, que têm entre suas favoritas a Coroa Imperial (encimada por uma cruz) e as armas da Monarquia (em cujo centro jaz a Cruz da Ordem de Cristo envolta pela esfera armilar). Escreve o cronista:

Quase todos os negros têm um crucificado. O feiticeiro Ononenê, morador à rua do Alcântara, tem do lado esquerdo do peito as armas de Xangô, e Felismina de Oxum a figura complicada da santa d'água doce. Esses negros explicam ingenuamente a razão das tatuagens. Na coroa imperial hesitam, coçam a carapinha e murmuram, num arranco de toda a raça, num arranco mil vezes secular de servilismo inconsciente: -- Eh! Eh! Pedro II não era o dono? E não se fotografam com um pavor surdo, como se fosse crime usar essas marcas simbólicas. (RIO,2008,p.26)

A quantidade de tatuados com os motivos da monarquia, levou o escritor a supor que “quase todo esse pessoal é monarquista” (p.67). Passados mais de cem anos da publicação da crônica, e à luz dos recentes resquícios baongo escavados do Valongo, pode-se perguntar: que cruz era essa que João do Rio viu?

Conclusão

Este artigo buscou testar a produtividade de uma noção advinda do campo da história – a de “lugares de memória” – para uma leitura, no âmbito da cultura, dos achados arqueológicos dos restos do antigo cais do Valongo, na zona portuária do Rio de Janeiro, no início de 2011. Ponto de entrada no país de centenas de milhares de africanos escravizados e soterrado no tecido urbano da cidade – e de seu imaginário – sua “redescoberta” leva a uma apropriação do espaço pelo poder público (que ali enceta um Circuito de Celebração) e por atores sociais, engajados em um esforço de rememoração. A abordagem, no campo da cultura, deste cenário como um “lugar de memória”, sugere

possibilidades atuais de (re) leitura de uma história – associada ao tráfico negreiro e à escravidão – que tantas vezes se quis esquecer no Brasil.

Referências bibliográficas

- LOPES, Nei. Dicionário Banto do Brasil. RJ:Pallas,2012
- NEVES, Margarida de Souza. Lugares de memória da Medicina no Brasil. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/frame.htm>, 2004
- NORA, Pierre (org). Les lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984. Vol 1 La Republique
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares (trad. Yara Aun Khoury). IN: Revista Projeto História, n 10 (dez/1993), SP: PUC-SP. 7-29.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2007
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. SP: editora da Unicamp, 2007
- RIO, João do. *Os Tatuadores* IN: *A Alma encantadora das Ruas*.São Paulo:Cia das Letras, 2008.
- RODRIGUES, Jaime. De costa a costa – escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras,1998.
- SANTO, Antônio. J. E. *Menos Foucault mais Fu Kiau – Filosofia bakongo para iniciantes*. Março de 2011. Disponível em:
<http://spiritosanto.wordpress.com/2011/03/21/menos-foucault-mais-fu-kiau-filosofia-bakongo-para-iniciantes/>
- SUBLETTE, Ned. *The World that made New Orleans: from spanish silver to Congo square*. Chicago: Lawrence Hill Books,2008.

ⁱ Autor

Rogério Pacheco JORDÃO, doutorando.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).
rogeriojordao@uol.com.br